



Foto Arquivo

Os ministros Dilson Funaro e João Sayad explicaram o pacote em entrevista coletiva

Ministros justificam

as medidas do governo

Os ministros Dilson Funaro e João Sayad deram ontem uma coletiva à imprensa. A ordem de perguntas foi sorteada entre os jornalistas. De início, Funaro fez algumas considerações sobre o pacote. Esta é a íntegra da coletiva:

FUNARO — Eu gostaria de detalhar os grandes números do programa de mudanças, ou seja, o que é arrecadação adicional, qual o tamanho do déficit, o que vai ser em emissão de dinheiro o ano que vem.

Nós achamos o seguinte: este ano nós vamos fechar mais ou menos com um lançamento de cerca de 2,7 a 2,8 de déficit orçamentário. Com essas medidas, eu e o ministro Sayad calculamos que vamos chegar próximo de 0,5% pro ano de 86. A redução baseia-se, em primeiro lugar, numa crescente diminuição dos juros, como eu citei aqui: 35 trilhões a menos de juros. As medidas de austeridade do governo, nós estamos calculando em cerca de 8 trilhões, o que com os juros já são 43 trilhões. As medidas fiscais, a nível de 1985, representam cerca de 20 trilhões de cruzeiros de antecipação, o que significa para o ano que vem cerca de 50 trilhões de cruzeiros, imaginando-se uma inflação de 160%. Com esses dados, nós estamos fazendo, também, o programa de financiamento dos Estados, apenas estipulando que o relending, que é o financiamento em moeda estrangeira, fique apenas para a rolagem das dívidas estaduais, porque há um aumento importante nessa arrecadação, que todo Imposto de Renda antecipado e arrecadado anteriormente vai beneficiar muito os Estados e Municípios e nós achamos que, com essa arrecadação maior dos Estados e Municípios, isto vai facilitar os investimentos nesses Estados, e esse financiamento externo, então, ficaria apenas para rolagem da dívida dos Estados e municípios. Somanos tudo isso, nós chegamos a 0,5% do déficit operacional, o que eu acho que é um passo muito importante para combater a inflação neste país e para que tenhamos definitivamente orçamentos em ordem. Acho impossível continuarmos como estávamos antes, crescendo o endividamento externo na base que nós estávamos crescendo, vai dar cerca de 60% este ano, e com os juros altíssimos no serviço da dívida do endividamento interno. Então nos parece que a queda de juros representa igual parcela como se fossem mandados embora 17% das pessoas que trabalham no governo. Portanto, é uma medida de alcance extremamente profundo e eu tenho convicção, e o ministro Sayad também tem, que essas medidas serão suficientes para recolocar o Brasil no equilíbrio orçamentário e não termos que, todos os anos, por causa do crescimento do endividamento interno, por causa dos desajustes das finanças nacionais, termos que propor à sociedade outra vez aumento de impostos. Eu espero que seja o último do governo Sarney.

Folha de S. Paulo — Ministro, o pacote, ele procura imprimir maior justiça ao assalariado na parte do Imposto de Renda na fonte, e, com relação a isso, ele cria condições de uma maior disponibilidade de salários no próximo ano. Nós estamos preocupados com o problema de escassez de alimentos, será um ano de eleições, um ano que favorece a expansão da liquidez. Essa medida especificamente de Imposto de Renda na fonte, de redução das retenções na fonte, também trabalha no sentido de elevar a liquidez. Queria saber qual a preocupação do senhor diante dessa preocupação de expansão de liquidez com relação à inflação do próximo ano.

Funaro — Essa pergunta, parece que o senhor tem uma preocupação de que os salários menores tenham crescimento real. Porque na realidade o fato desses salários menores não estarem contribuindo para o financiamento do déficit público e sim tendo reduzido esse Imposto de Renda na fonte, imediatamente eles vão ter um aumento de salários, por exemplo, este ano, e seis no ano que vem. Realmente é um ganho. Olhando os dados, via que tem reajustes de 5, 6, 7, 8% de arrecadação, que é o salário, e com a metodologia nova passa a representar 3, 4%. O que é um aumento real de salário. Eu não posso confirmar com esse problema, problema de aumentos reais de salários, porque tenho certeza absoluta que nós, com todas as reuniões que tivemos com os líderes de empresas a partir imediatamente, temos que ter uma posição de acertarmos um pouco através do entendimento nacional as bases para que não seja turba-

do o crescimento deste país. Dar um ganho maior de salário a essas pessoas realmente não é a preocupação. É uma possibilidade que estamos tendo neste momento e fazemos com uma grata satisfação.

TV Globo — Ministro, eu gostaria de saber porque o sr. mexeu na tabela, e não foi mexido na tabela progressiva de Imposto de Renda de forma a reduzir o caráter regressivo desse tributo no Brasil?

Funaro — Temos uma tabela progressiva e temos a tabela que fixamos no salário, que é janeiro e julho. Nessa tabela nós não mexemos, porque achamos que ela faz o imposto progressivo. Esse imposto tinha uma característica regressiva quando na metodologia antiga, quando a inflação tinha uma influência importante no cálculo do imposto, porque a renda não era corrigida. O imposto pago na fonte era corrigido, o que dava uma distorção final. Hoje, nós estamos fazendo praticamente base corrente e o excesso vai ser corrigido renda-imposto. Portanto estamos corrigindo essa deformação na tabela.

Jovem Pan — Ministro, uma das grandes preocupações dessas medidas anunciamos pelo presidente da República é a questão da melhoria da qualidade de vida das classes mais baixas. Mas, nós, sempre que fizemos isso, tivemos um enfoque muito grande apenas ou então fundamentalmente para os setores urbanos, e o sr., como paulista, e o ministro Sayad, como paulista, conhecem isso melhor do que ninguém, é o inchaço das grandes cidades em consequência das dificuldades no campo. O que o governo concretamente pretende fazer para que esses benefícios, alimentação, casa própria e os outros benefícios previstos, sejam distribuídos equilibradamente entre campo e cidade?

Sayad — Bom, além do programa, dentro do programa de prioridades sociais, existe uma preocupação nitidamente rural. Quando se pensa em todo programa de Reforma Agrária, no programa de irrigação de um milhão de hectares no Nordeste, no programa de assistência ao pequeno produtor nordestino. Tudo isso são programas que têm como objetivo levar em primeiro lugar da terra, da água pro homem do campo, praticamente pro pequeno produtor do campo, das regiões mais pobres do País, onde se destaca o Nordeste. Foi um programa de combate às doenças endêmicas, de combate às doenças transmissíveis. Tem uma grande preocupação no campo. Na área de saneamento também existe uma previsão de recursos para pequenas obras de saneamento na zona rural.

Portanto não vai, não, haver o crescimento exagerado das periferias das cidades recebendo novos migrantes do meio rural abandonado?

Sayad — Evidentemente, com a recuperação da agricultura, que é uma estratégia fundamental do governo, nós acreditamos que a vida no campo melhorará, e dessa forma o exodo será menor.

Jornal do Brasil — Ministro, gostaria de saber se, com a adoção do IPCA como índice único da economia, vai ser preciso fazer algum ajustamento da correção cambial, ou ela vai continuar seguindo exatamente a inflação?

Funaro — Vai seguir sempre exatamente igual a inflação.

TV Manchete — Ministro Funaro, a forma de devolução do Imposto de Renda retido em excesso na fonte este ano está sendo comparada a uma espécie de pedido de concordata do governo. A maior parte desse bolo vai ser devolvida até quatro anos. Isso é tirar dos ricos para dar aos pobres ou é uma espécie de ônus inicial do pacote?

Funaro — Não, é isso uma mudança de programa. Para dar uma ideia à população nacional, este ano nós arrecadamos 17 trilhões na fonte e estamos devolvendo nove e meio. Isso porque nós no governo anterior fizeram um decreto-lei que este ano a inflação era 160 e não 220. Isso como foi. Então o Imposto de Renda na fonte foi corrigido por 160. Se nós corrigíssemos de acordo com a inflação, cerca de 13%. Vocês imaginem quanto a população financeira do governo. O que nós estamos fazendo é uma mudança de sistema, para que as devoluções sejam absolutamente imediatas, sejam absolutamente corrigidas. Então, em 1986, nós estamos reduzindo, como eu disse aqui, numa proporção muito grande, esse empréstimo que o assalariado fazia através da retenção na fonte, e por

outro lado nós temos em 86 que devolver todo o imposto a mais arrecadado em 85. Com a nova sistemática, em 86 não deve haver nenhuma devolução em 87, para fazer a mudança de sistemática, e nós fizemos todas as comparações também das tabelas no computador, nós estamos devolvendo o imposto deste ano, a devolução do Imposto de Renda deste ano, nós estamos devolvendo parceladamente em quatro anos. O primeiro ano, que é o ano que vem, até dez ORTN e vamos devolver em cheque, não é como foi citado, que devolveríamos em obrigações do Tesouro, etc., e vai ser 120 dias após a entrega da declaração, ele recebe já o cheque. Não vai ficar durante o ano. Então, na realidade, o ano que vem, nós vamos devolver até 10 ORTN, que atinge 70% dos contribuintes que têm devolução. Então, esses 70% vão receber integral o ano que vem. Comparado ao que eles tinham que receber, e o desconto na fonte muito menor, e vai realmente acontecer a partir de primeiro de janeiro, há um ganho muito grande ainda para o assalariado. Em todas as faixas. Portanto, já há um benefício no ano que vem.

Os que têm mais de 10 ORTN para receber vão receber 10 o ano que vem, e vão receber 15 em 1987. Quer dizer, é uma transição onde nós programamos as devoluções, e em 88 e 89, para lhe dar uma idéia, cerca de 3% apenas das devoluções que ainda não terão sido devolvidas na sua totalidade. Portanto, 70% da população recebe devolução no ano que vem, e são exatamente as pessoas que necessitam mais. E vão receber integralmente o ano que vem. A vantagem entre o recebimento e a diminuição na fonte é muito grande em todas as faixas. Como o governo nas fixas maiores vai devolver também igual a todos em ORTN, com o cálculo da ORTN do dia, significa que ele está devolvendo um dinheiro corrigido, apenas não tem juros. Mas está devolvendo um dinheiro corrigido.

Agora, definitivamente acaba esse sistema de todo ano a sociedade ficar financiando o governo.

Rádio Povo — Ministro, a inflação do ano: IGP ou IPCA?

Funaro — Eu vou dizer o seguinte: o número de vezes que foi mudada a correção monetária desde 67, ela não passou mais do que três ou quatro anos mudando de índice, sem mudar de índice. Nós tivemos o ITA, tivemos já o INPC, tivemos prefixado, depois tivemos outra vez o ITA. Posteriormente, aí foi o INPC, em 81, e no acordo com o Fundo Monetário, deixaram o INPC para salário e passaram o IGP para capital. E o que nós estamos fazendo é corrigir uma grande distorção para que se tenha um índice único neste País. É impossível você ter um país que trabalhe com duas indexações diferentes, uma remunerando assalariados e outra remunerando o capital. E nós estamos corrigindo exatamente isso neste momento. A inflação do ano vai ser medida pela correção monetária. Se até agora foi pelo IGP, nos dois meses finais, ou no mês final, será pelo IPCA.

Estado de S. Paulo — Ministro, eu gostaria de saber se o senhor não considera que foi ainda muito pouco o corte de oito trilhões nos gastos do governo, e quais os instrumentos de que o governo dispõe para controlar realmente esses cortes?

Sayad — Além do corte de oito trilhões, despesas de custeio, de pessoal, que é um corte bastante profundo, a nossa programação, entre as estatais no ano de 1986 vão estar em equilíbrio, ou seja, não vão ter nenhum déficit operacional. Então é um esforço bastante sério de contenção da despesa, que permite essa redução de déficit tão grande que o ministro Funaro anunciou. Se você me permitir um adendo, o presidente assina novamente um decreto prorrogando a medida de não poder substituir ninguém no governo. E acontece que esse decreto tem dado um resultado importante, sem grandes traumas. Só em agosto e setembro saíram três mil pessoas do serviço público para 300 mil diretores do governo, que são 1% da folha do governo. Se nós, com essa prorrogação do decreto até dezembro de 86, mais outras medidas antecipadas, mais ou cinco anos, quer dizer, os funcionários iniciam, podem retornar, voltar ao governo sem nenhum desconto para o erário público, diminuindo cada vez mais e aumentando a porcentagem de crescimento dessas medidas de